

| 434 | REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E DINÂMICA URBANA E REGIONAL NO OESTE CATARINENSE: UMA ANÁLISE DO PAPEL DE CHAPECÓ E OUTRAS CINCO CIDADES INFLUENTES

Camila Fujita, Claudio Machado Maia, Rosa Salete Alba

Resumo

O presente artigo discute o papel de Chapecó e outras cinco cidades influentes (Concórdia, Xanxerê, São Miguel do Oeste, Maravilha e Pinhalzinho) na rede urbana do oeste catarinense, de modo a contribuir para o debate acerca das cidades médias e os processos recentes de regionalização, a partir da consideração do processo de reestruturação das agroindústrias e a interdependência entre o urbano e o rural na região. Busca compreender os reflexos desse processo para a reestruturação urbana, da rede regional e as transformações na forma das cidades em escala intra-urbana, com o objetivo de subsidiar debates sobre as possibilidades de planejamento e gestão territorial. Para tanto, foram considerados dados econômicos e populacionais, a partir de fontes primárias e secundárias, além de trabalhos de campo, bem como contextualização do processo de formação da rede urbana na região. Ficou evidente o dinamismo econômico presente na região, a partir das atividades industriais realizadas nas cidades, assim como a crescente expansão do terciário, que pode demonstrar a transição quanto ao papel das cidades como lugar de consumo que ocorre a partir da interdependência com o setor secundário, bem como as dinâmicas urbanas e rurais. Em contrapartida, na escala intra-urbana, urbana e regional, agudizam-se desigualdades socioespaciais, constituindo grande desafio a ser enfrentado.

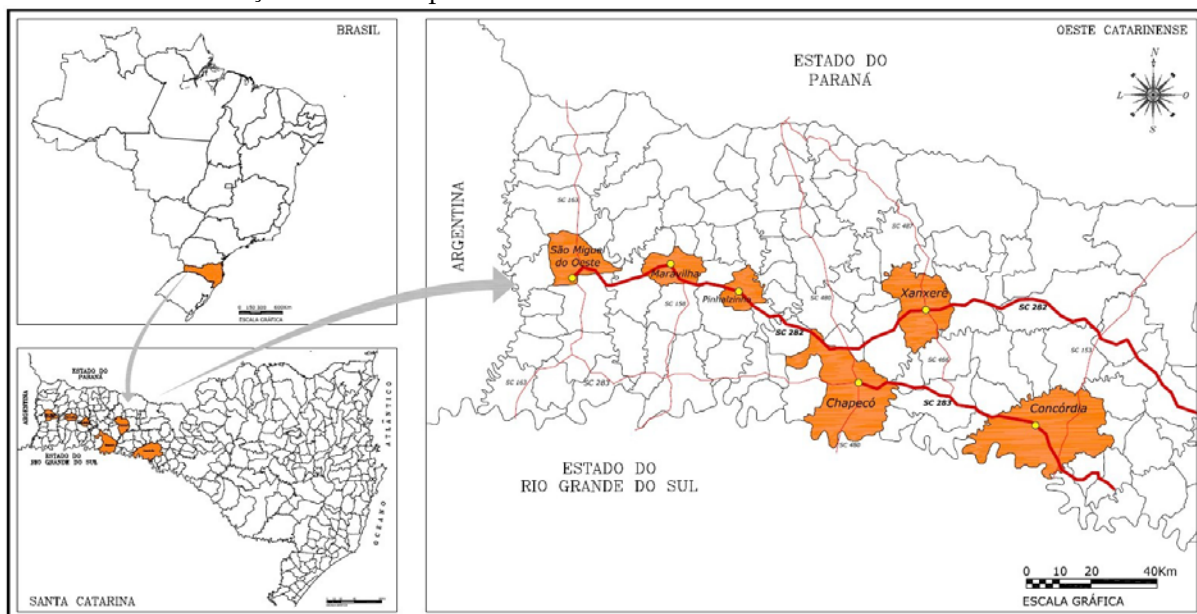
Palavras-Chave: Cidade Média, Regionalização, Interdependência urbano-rural, Reestruturação Urbana, Oeste Catarinense.

INTRODUÇÃO

O presente artigo insere-se no debate acerca das cidades médias ou das cidades que possuem papéis de intermediação nas relações de produção e consumo, influenciando assim processos recentes de regionalização e territorialização. Enfoca as dinâmicas de reestruturação produtiva das agroindústrias no Oeste Catarinense, que se dão na interdependência entre o urbano e o rural, a cidade e o campo, bem como os reflexos desse processo para a reestruturação urbana, da rede regional e no âmbito das transformações na forma das cidades em escala intra-urbana. Para tanto, propõe-se a analisar as seis cidades de maior influência no oeste do estado (figura 01), a saber: Chapecó, Concórdia, Xanxerê, São Miguel do Oeste, Maravilha e Pinhalzinho. A escolha dos municípios baseou-se no documento do IBGE (2007), acerca da região de influência das cidades, e apresentado em estudo anterior (FUJITA et. al., 2009). Privilegiou a análise de aspectos e dados econômicos e populacionais, a partir de fontes primárias e secundárias, além de trabalhos de campo. Articulada à análise, realizou-se breve revisão teórica e uma discussão para contextualização

do processo de formação da rede urbana na região, da qual fazem parte as cidades estudadas.

FIGURA 01: Localização dos municípios estudados



Base Cartográfica: IBGE, 2005 | Edição: Dione Ludwig, 2012.

Objetivou-se, então, compreender o papel dessas cidades para a região Oeste Catarinense, a fim de contribuir para o debate sobre a rede urbana e regional e a conformação de cidades e, conseqüentemente, para a orientação de possíveis processos de planejamento urbano e regional e de gestão do território, de modo a subsidiar a discussão e a decisão quanto à distribuição de diferentes tipos de investimentos e/ou benesses do desenvolvimento socioeconômico, sejam esses de caráter público ou privado.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E RECONFIGURAÇÃO DA REDE URBANA E REGIONAL

Transformações no modo de produção capitalista voltadas ao avanço das relações de produção, de mercado e de consumo internacionalizadas, operados de modo transescalar (SWYNGEDOUW, 1977), têm pautado um processo de reestruturação econômica pela modificação no regime de acumulação, desde o último quarto do século XX.

Do regime de caráter fordista àquele caracterizado pela acumulação flexível, distintas relações produtivas e organizacionais se estruturaram. A crise de acumulação nas economias capitalistas implicou em novos arranjos produtivos, institucionais e espaciais, promovidos em grande parte pelas inovações tecnológicas no campo da telecomunicação e

da informática. Disto caracterizou o surgimento do meio técnico-científico-informacional (SANTOS et. al., 2001), incrementando de modo sinérgico as relações entre a tecno-ciência, a produção, o mercado, o consumo e a circulação de informações.

Tendo o Consenso de Washington como referência orientadora, as escalas foram reconfiguradas a partir da desconstrução dos Estados nacionais, sob o argumento flexibilização da produção, da “modernização” e do enxugamento da estrutura estatal pela descentralização dos mecanismos regulatórios e pelas privatizações de setores, antes estatais.. A busca por zonas monetárias favoráveis, de baixos salários e de trabalho semiquualificado, favoreceu a transnacionalização de empresas corporativas, juntamente ao desentranço dos mecanismos de regulação sobre a livre circulação dos fluxos financeiros e de controle fiscal, mudando a ênfase da produção de mercadorias para a especulação financeira (FERNANDES, 2001).

Sassen (1998), na década de 1980, atentou para o reposicionamento político do papel das cidades, na nova fase dos mercados transnacionais. Porém, para além do debate acerca das cidades globais¹ *per se*, trabalhada por ela e outros autores, nos parece mais importante salientar as inter-relações que ocorrem no âmbito dos sistemas urbanos, que operam em níveis regionais, globais e transnacionais, coexistindo com a permanência dos Estados-Nação, através de redes. A complexidade das transações internacionais prescinde da atuação entre diversas escalas.

Como afirmam Sposito e Sposito (2012), a reestruturação produtiva reflete-se nas transformações espaciais das cidades e das redes urbanas e regionais, pois a implementação das inovações tecnológicas nas empresas, em busca de competitividade, acelera a circulação de capital e as transformações do papel da corporação em diversas escalas, alterando conseqüentemente também a função das cidades em suas redes urbanas e regionais. Há, portanto, nos processos de concentração do capital e expansão da produção e do mercado, uma dinâmica complexa que, apesar de ter nas metrópoles um de seus nós fundamentais, só se sustenta, pois também se conecta com diversas cidades em múltiplas redes urbanas, as quais por vezes também se articulam à escala internacional, ultrapassando a regional. A análise dos movimentos atrelados à divisão interurbana do trabalho prescinde de reflexões amplas que se estabelecem “em múltiplas escalas geográficas, entre cidades de portes e importâncias diferentes na rede e, por fim, nos espaços de cada uma dessas cidades”

¹ Essas cidades teriam função estratégica na economia mundial, promovidas pela dispersão e integração global e a necessidade de expansão, de controle e de gerenciamento central, através da concentração da produção pré e pós-industrial, do setor financeiro e dos mercados multinacionais, onde se adquirem instrumentos financeiros e serviços especializados (SASSEN, 1998).

(SPOSITO e SPOSITO, 2012). Em suma, salientam a importância da reflexão acerca do fenômeno em sua totalidade, a partir de três aspectos relevantes, a saber: i) correlação entre mudanças produtivas e transformações espaciais; ii) articulação entre processos e formas; e iii) a necessidade de ampliação na escala de análise.

Assim, atrelado ao fenômeno relativamente recente da urbanização brasileira, o crescimento não só populacional, mas econômico e de influência das cidades médias ou intermediárias brasileiras têm sido objeto de reflexão instigante, pois não esgota em si mesmo pela mera descrição de dinâmicas locais, mas está profundamente atrelado às transformações econômicas em suas múltiplas dimensões e escalas, entre verticalidades, horizontalidades e transversalidades, além das especificidades que marcam cada contexto.

Compreender como ocorrem os processos de reestruturação urbana (associada às funções e papéis) e de reestruturação das cidades (afeita às formas espaciais), bem como a relação entre estes nas interações das redes urbanas, que ocorrem não só de modo hierárquico mas também não hierárquico, constitui um desafio a se empreender. Ademais, torna-se relevante questionar, como apontam os autores acima citados, como as cidades médias, que possuem função de intermediação nessas complexas redes, exercem papéis e se redefinem através da relação dialógica entre rural e urbano, pelas dinâmicas de produção e de consumo, bem como expressam na escala intra-urbana outros aspectos, mais subjetivos e qualitativos, associados por exemplo às formas de apropriação espacial de seus moradores e trabalhadores, expressas pelas desigualdades sócio-espaciais.

Formação da Rede Urbana e o Despontar de Cidades Influentes no Oeste Catarinense

Para se pensar o papel das cidades estudadas, faz-se necessário relacionar a sua inserção regional nos processos de intermediação de troca de fluxos (bens, consumidores, serviços, informações, etc.), que perpassa a observação dialógica entre o urbano e o rural e, também, as articulações transescalares que ocorrem entre o local e o global. Também há que se ter em conta diversos elementos e relações, as quais refletem especificidades que influenciam os municípios e a região, características que marcam a configuração da rede urbana e regional, as áreas de influência das cidades, bem como as estruturas sociais, organizacionais e econômicas existentes, que influem nos processos de territorialização, em constante transformação.

A fim de contextualizar a caracterização da rede urbana no Oeste Catarinense e pensar os seus papéis de intermediação, faz-se pertinente considerar inicialmente o processo

de conformação territorial e da rede urbana catarinense. As características do relevo e da influência sociocultural na estruturação fundiária, as divisões político-administrativas e de regionalização, bem como das condições produtivas e de infraestrutura contribuíram para a formação, no estado, de uma rede urbana composta por cidades de pequeno e médio porte (SIEBERT, 2001), de caráter multipolarizado (ANJOS, 2007), agrupadas em regiões que se organizam, dentre esses e outros fatores, sob a lógica de ramos dinamizadores da economia no estado. O oeste Catarinense, dentro desse contexto, caracteriza-se pela marcada presença da atividade agroindustrial focada na produção de alimentos (suinocultura e avicultura e, mais recentemente, a bovinocultura de leite) e suas cadeias correlatas.

A evolução do papel de Chapecó, mais especificamente, na rede urbana regional e nacional pode ser apreendida a partir dos estudos do IBGE sobre as relações de rede, hierarquia e região de influência que as cidades exercem umas sobre outras. Uma breve análise da inserção de Chapecó nos estudos realizados (1966, 1978, 1993 e 2008) aponta para a crescente influência da cidade no oeste catarinense, configurando como a mais influente capital regional (nível B), desde o meio oeste do estado até a fronteira, ligando-se à rede urbana de Curitiba e Porto Alegre (IBGE, 2007). Como dito anteriormente, em estudo precedente foram identificadas as cidades que juntamente com Chapecó figuravam como as mais influentes na região, e que são objetos de estudos deste trabalho.

A rede urbana no oeste catarinense resulta principalmente dos processos de reestruturação produtiva da agropecuária, dos investimentos de capitais locais e estatais para o crescimento da agroindústria, o processo de (des)concentração de unidades de produção e suas cadeias correlatas, bem como da inserção destas atividades produtivas nas dinâmicas econômicas internacionais, incorporando padrões de produção e consumo globalizados. Associada a esse processo, a cadeia produtiva atrelada à agroindústria também se diversificou e se instalou em Chapecó e na região de modo representativo.

(Re)Estruturação Produtiva e (Re)Estruturação Urbana no Oeste Catarinense

O processo de estruturação urbana e regional do Oeste Catarinense está pautado por sua formação socioeconômica. As atividades produtivas presentes, desde o século XVIII, restringiam-se à pecuária e à erva-mate, as quais foram motivadoras, dentre outros aspectos, de diversos conflitos que se sucederam, envolvendo países e estados, até o início do século XX. Em 25 de agosto de 1917, Chapecó contava com uma extensão territorial que abrangia desde o meio oeste de Santa Catarina até a fronteira oeste, aonde atualmente situam-se os demais municípios estudados.

A ocupação territorial desta região, no século XX, ocorreu por meio da colonização empresarial, de modo que determinadas empresas ganharam a concessão para a exploração e comercialização das terras, que em sua maioria foram vendidas aos migrantes de descendentes europeus oriundos das colônias gaúchas, a partir de 1920. A atividade madeireira esteve associada a esse processo, mediante incentivo governamental, também devido ao interesse de assegurar a posse das terras, além da geração dos ganhos econômicos. Essa forma de colonização aos poucos consolidou o povoamento do oeste catarinense, marcado por inúmeros percalços caracterizados pela tênue conexão da região ao resto do estado, pela precariedade e a escassez de infraestrutura e a falta de articulação aos mercados de modo geral. Assim, a partir da cultura de subsistência, um novo perfil socioeconômico começou então a se delinear baseado na cultura da produção de excedentes, mesmo que de modo artesanal, levando a organização inicial do núcleo urbano da cidade de Chapecó, bem como outros pequenos focos de assentamentos. Todavia, os antigos habitantes - indígenas e caboclos - expropriados de suas terras e seu modo de vida, foram completamente excluídos do novo sistema econômico e fundiário que gradativamente se instalava (RENK, 1997).

O isolamento dos centros de comercialização e a necessidade crescente dos migrantes os obrigaram a transformar seus produtos, também em busca de maior durabilidade, o que fomentou o ciclo da agroindustrialização mais adiante. A diversidade produtiva das propriedades, associada à distância e à dificuldade do transporte de grãos produzidos na região serviram de base para a dinâmica do sistema agroalimentar, já que os grãos produzidos serviam de alimento para a criação de pequenos animais, como galinhas e porcos, nas propriedades (BAVARESCO, 2005). A intermediação entre o produtor e o consumidor era exercida pelo comerciante que comprava os excedentes e os vendia nos estabelecimentos comerciais, agregando crescente influência econômica, de modo que foi a partir dela que foi gerado o capital investido na estruturação das agroindústrias. Fica evidente a interdependência entre o rural e o urbano, que pautam as relações de Chapecó e região até os dias atuais e cada vez mais fortemente.

Ao longo das décadas seguintes, houve o gradativo incremento das atividades industriais e da diversificação do comércio, impulsionando a consolidação do núcleo urbano de Chapecó e modificando a paisagem da cidade. Houve, sobretudo entre as décadas de 1950 e 1960, a emancipação de muitos municípios através dos desmembramentos, como se segue: Concórdia (1934), São Miguel do Oeste (1953), Xanxerê (1954), Maravilha (1958) e Pinhalzinho (1961).

Neste mesmo período, embora a economia da madeira ainda fosse significativa, a suinocultura começava a despontar como atividade econômica viável que se adaptava às condições naturais e fundiárias existentes, respondendo de modo promissor à crise do pós Segunda-Guerra Mundial. O fomento à produção de matéria-prima pela produção dos excedentes contribuiu para a instalação dos primeiros frigoríficos para abate na região, como a Sadia, a Perdigão, a Chapecó Industrial e a Cooperativa Central Oeste Catarinense, visando o mercado de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Já na década de 1960, houve as primeiras experiências de integralização do produtor rural, que mais tarde marcaria o processo de reestruturação da agroindústria com vistas à expansão de mercado, o que provocou impactos urbanos e regionais pela exclusão de muitos produtores rurais que não se adequaram à modernização do processo produtivo. A partir da década de 1960 as transformações urbanas começaram a tomar maior vulto, expressa pela melhor estruturação, com a instalação de equipamentos urbanos e instituições públicas, reforçando o papel regional de Chapecó, inclusive pelo considerável incremento trazido por obras viárias que atenuaram o isolamento da região.

O avanço da agroindustrialização nessas décadas ocorreu, em parte, também pelo incentivo financeiro do Estado, na época tomado pelos militares, além de outros fatores favoráveis como as condicionantes naturais, a pequena propriedade diversificada, a base da agricultura familiar e a cultura do trabalho e da acumulação imbuída no migrante. Outro fator determinante foi a implementação do denominado “modelo de integração”, que foi a forma encontrada para a manutenção da fragmentação dos agricultores em suas unidades produtivas, simultaneamente à sua “integração” a uma cadeia de produção necessária à nova fase de desenvolvimento do capital. Através dele, padrões de produção puderam ser preestabelecidos pela empresa, com a vantagem de manter o produtor sob o seu controle econômico e também ideológico, criando uma relação de dependência. Uma característica marcante da agroindústria, que a diferencia das demais empresas, é que nela é possível estabelecer um acirrado controle sobre outro produtor privado, no caso o agricultor, ditando regras de acordo com a necessidade de obtenção de matéria-prima no ritmo e tempo que a empresa determina (ALBA, 2002, pg. 31)

Segundo os censos demográficos (IBGE, 1960, 1970, 1991, 2000 e 2010), entre as décadas de 1960 e 1980, e associado ao crescimento e à consolidação dos frigoríficos, houve também o considerável crescimento populacional das cidades estudadas. Entre as décadas de 1960 e 1970, Chapecó e Concórdia não tiveram aumento populacional considerável devido aos desmembramentos ocorridos, porém os demais municípios cresceram

consideravelmente. Maravilha por exemplo mais que dobrou de população no período, de 7.352 para 17.889 habitantes. Nota-se que Pinhalzinho não havia ainda sido criada. Nesse período o perfil populacional era predominantemente rural, com uma média aproximada de 80% da população vivendo na área rural.

Entretanto, é entre as décadas de 1970 e 1980 que transformações urbanas mais evidentes ocorreram. Nesta década, Chapecó teve um acréscimo populacional de 68%, passando de 49.865 para 83.765 habitantes. No restante dos municípios estudados, São Miguel do Oeste teve o crescimento percentual na taxa de 64%, muito próximo aos números de Chapecó, ao que se seguem Concórdia com 30%, Maravilha com 26% e Pinhalzinho similar a anterior com 25% e Xanxerê com 21%.

Como ocorreu ao longo do processo de urbanização brasileiro, foi neste período que houve a inversão quanto ao local de moradia dos habitantes, da área rural para a urbana. No caso de Chapecó, em 1970, 59% dos moradores estavam no campo, ao passo que em 1980, essa porcentagem baixou para 34%, sendo que a população urbana nesse período quase triplicou. Essa inversão também aconteceu com os municípios de Xanxerê, São Miguel do Oeste, Pinhalzinho. Nos demais casos, Concórdia e Maravilha, essa mudança quanto ao local de moradia, ocorreu na década seguinte, entre 1980 e 1991.

Desde então, a população urbana só tem crescido, chegando a mais de 91,6% em Chapecó, em 2010, seguidas por Xanxerê (88,7%), São Miguel do Oeste (88,3%), Pinhalzinho (83,36%) e Concórdia (80%) (IBGE, 2010). Entre 2000 e 2009, os municípios cujas taxas médias anuais de crescimento estavam acima da média estadual e nacional eram Pinhalzinho (2,75%), Maravilha (2,5%) e Chapecó (1,9%). As taxas mais baixas estavam entre São Miguel do Oeste (1%), Concórdia (1,2%) e Xanxerê (1,3%) (Sebrae, 2010).

Todavia, estes dados de modo algum significam que o rural perdeu sua importância, já que essas cidades se revelam justamente na interação dialética entre o urbano e o rural. O urbano só é urbano pela presença do rural diretamente interligado a ele, tal como se percebe ao longo desse estudo.

De meados da década de 1980 à década seguinte, começaram também a surgir os impactos do crescimento da cadeia da agroindústria, que progressivamente se verticalizava, bem como as implicações da globalização e das políticas econômicas mundiais dominantes. Se por um lado, a agroindústria baseada na região, buscava se inserir no mercado internacionalizado, por outro, as atividades produtivas sofreram duramente pela perda de competitividade, gerando impactos sociais e ambientais nas escalas urbana e regional, provocados pela concentração e intensidade dessas mesmas dinâmicas produtivas (VIEIRA;

CUNHA, 2002). Houve, então, grande concentração e centralização do capital no setor agroalimentar. Se no início da década de 1970 existiam 23 frigoríficos em Santa Catarina, na década de 1980, restaram apenas sete grandes frigoríficos, incluindo as cooperativas (GIESE, 1991 *apud* ALBA, 2002). Um fato recente foi a incorporação da Sadia pela Perdigão, formando a Brasil Foods S.A. (BRF).

No âmbito regional, o avanço do processo produtivo acarretou implicações multifacetadas. Segundo estudo de Anschau (2011), no tocante ao contexto da suinocultura comercial e seus impactos socioambientais e urbano-regionais, um aspecto importante diz respeito ao processo de aumento de produção com forte concentração de produtores nas últimas três décadas (ACCS, 2011) (TESTA et al, 1996)². O alijamento desses produtores, devido à reestruturação e modernização da agroindústria pelo modelo da integração (ALBA, 2002), provocou a fragmentação do território (ELIAS, 2006) pelo êxodo rural e o grande aumento da população urbana nas cidades de maior influência na região, durante essas décadas, bem como o aumento da desigualdade social e a exclusão espacial com a precarização das condições de vida e moradia. A concentração de animais trouxe consigo também o aumento e concentração de dejetos, como consequência deste aumento produtivo, e a consequente degradação ambiental, principalmente pela poluição das águas superficiais da região (BALDISSERA, 2002). Assim, os custos sociais e ambientais, que não são internalizados pela agroindústria, ao longo do processo produtivo, contribuem sinergicamente para um cenário desafiador.

Entretanto, é interessante ressaltar que grande parte dos agricultores que continuaram no campo, mas foram excluídos pela seletividade da suinocultura, tem encontrado na bovinocultura de leite sua principal atividade econômica. Na escala regional, é possível afirmar que a bovinocultura de leite vem se destacando, na última década, na medida em que aproveita recursos que ainda estavam ociosos nas propriedades rurais, aliando mão-de-obra familiar com alimentação a base de pasto. Porém, apesar do aumento experimentado, a bovinocultura também está passando por um processo de seletividade da atividade, com a ampliação das exigências aos produtores (ANSCHAU, 2011). Assim, há indícios concretos que está em curso o mesmo processo de exclusão que têm caracterizado a suinocultura e a avicultura, o que pode gerar, num futuro próximo, obstáculos à expansão da

² Exemplo disso, segundo a autora, é que na década de 1980 a região tinha em torno de 67 mil suinocultores e, em 2010, não passava de 8 mil suinocultores integrados comercialmente (TESTA ET AL 1996; ACCS 2011). No entanto, sua produção mais que dobrou nos últimos anos, em 1996 a região apresentava em torno de 3,5 milhões de cabeças de suínos, já em 2006 o plantel permanente de suínos era de 6,2 milhões de cabeças (CENSO AGROPECUÁRIO, 1995/96, 2006).

atividade, bem como inúmeros impactos sociais que se refletirão no território, no campo e na cidade, reconfigurando a estrutura urbana e regional, já que no tocante à intrínseca e dialética relação entre o rural e o urbano, nenhum se sobrepõe ao outro, pois novas relações são continuamente (re)construídas.

De modo geral, no tocante aos danos para a qualidade de vida da população, associados ao descaso com o meio ambiente nas cidades estudadas, citam-se os impactos causados pela urbanização deficitária e a atuação indiscriminada de empresas, que tem promovido a contaminação de mananciais através de produtos químicos, a poluição atmosférica, a falta de infraestrutura, de saneamento básico, de habitação, carência/deficiência no fornecimento de energia elétrica, transporte coletivo deficitário, entre tantos outros fatores que remontam e traduzem parte do cenário do núcleo urbano dessas cidades.

Contudo, é inegável que a agroindústria ainda perfaz o perfil econômico de Chapecó e região, de modo que essa atividade possui papel importante na estruturação da cidade, sobretudo por sua vinculação com o mercado nacional e internacional. Assim, observa-se a atuação de empresas articuladas à cadeia produtiva da agroindústria que incluem diversos ramos, tais como: logística, metal-mecânico, moveleiro, embalagens, câmaras frigoríficas, biotecnologia, equipamentos, dentre outros. Neste rol encontram-se empresas exportadoras, cujas faixas de valores exportados em 2008 ficavam entre US\$ 1 a 10 milhões, em sua maioria. A tabela 01 a seguir mostra o número de empresas exportadoras, segundo declaração de domicílio fiscal e as faixas de exportação.

Como o critério utilizado nesta relação, refere-se à declaração de domicílio fiscal, faz-se importante destacar que grandes unidades industriais, como a BRF e a Aurora Alimentos localizadas em Chapecó, além da Votorantim e Bondio instaladas nas imediações do município, não estão aqui relacionadas. No caso de Concórdia, a unidade da BRF (Sadia) é a que está na faixa de US\$ 10 a 50 milhões.

TABELA 01: Número de empresas exportadoras, segundo as faixas de valores exportados (US\$ FOB) em 2008

Cidades Empresas Exportadoras	Chapecó	Concórdia	Xanxerê	São Miguel do Oeste	Maravilha	Pinhalzinho
Até US\$ 1 milhão	25	1	4	2	4	6
De US\$ 1 a 10 milhões	2	1	1	1	-	3
De US\$ 10 a 50	-	1	-	-	-	-

milhões						
---------	--	--	--	--	--	--

Fonte: SEBRAE, 2010 | Elaboração: Camila Fujita, 2012.

Este dinamismo econômico pode ser observado, em certa medida, nas posições dessas cidades no ranking estadual referente à geração do produto interno bruto (PIB), a preços correntes de 2000 a 2006. Neste período houve evolução em todas as cidades à média de aproximadamente 57%, sendo que Chapecó sobressaiu-se com um crescimento de 67,2%, sendo a 5ª colocada no ranking de Santa Catarina, que por sua vez ocupava a 7ª posição nacional. Concórdia teve uma evolução menor, da ordem de 34,2%, porém ainda ocupava a 14ª posição estadual. No tocante ao PIB per capita, para o mesmo período, as colocações no estado em geral baixaram, com exceção de Pinhalzinho que de 70ª colocada estadual para o PIB, sobe para 50ª posição no caso do PIB per capita (SEBRAE, 2010).

Esta dinâmica econômica reflete-se em parte na taxa acumulada de criação de empregos, no período 2004 a 2008. Chapecó apresentou um índice bastante acima da média estadual (26,4%) e nacional (25,6%), de 53,2%. Concórdia (28,6%), São Miguel do Oeste (35,5%), Maravilha (36,95) e Pinhalzinho (31,2%) apresentaram taxas acima do padrão estadual e nacional. Xanxerê, por sua vez, teve um desempenho levemente abaixo das demais, com 24,8% (SEBRAE, 2010).

O número de empresas e empregos formais de Chapecó (tabela 02), por setor, em 2008, demonstra um aspecto importante referente à possível mudança dos papéis e funções das cidades na região. O setor terciário, seja voltado ao consumo consumptivo ou produtivo (SANTOS, 1996) de caráter comercial ou de serviço, tem prevalecido na maior parte das cidades (SEBRAE, 2010). Esse é o caso de Chapecó, Xanxerê e São Miguel do Oeste, com uma boa margem de diferença do setor terciário (comércio e serviços juntos) para o secundário. Concórdia também apresenta predominância nesse setor, porém com uma margem menor. No caso de Pinhalzinho e Maravilha, o setor secundário prevalece, porém, com uma menor margem de diferença do primeiro município, e uma margem maior no segundo caso.

TABELA 02: Número de empresas e empregos formais nas cidades estudadas, segundo o setor, em 2008

Cidades	EMPRESAS				EMPREGOS			
	P	S	Tc	Ts	P	S	Tc	Ts
Chapecó	251	1.640	5.856	4.714	952	26.204	15.245	20.623
Concórdia	101	619	1.580	2.529	238	11.255	3.998	8.776
Xanxerê	117	486	1.484	1.501	860	4.398	3.056	4.011
São Miguel do Oeste	47	430	1.127	1.188	165	3.629	2.563	3.140

Maravilha	32	234	648	676	143	3.501	1.337	1.199
Pinhalzinho	20	248	440	486	45	2.252	909	1.067

Legenda: Primário (P); Secundário (S); Terciário-Comércio (Tc); Terciário-Serviço (Ts)

Fonte: Resultados elaborados pelo SEBRAE/SC (2010) com base em dados do TEM

Elaboração: Camila Fujita, 2012.

Com a expansão do setor terciário há, conseqüentemente, mudanças no âmbito socioeconômico, que expressam a transformação e a diversificação de papéis e funções que esses municípios vêm apresentando, que se refletem na (re)estruturação das cidades, alterando sua forma, a distribuição dos usos do solo e os vetores de expansão urbana, devido a empreendimentos específicos e à dinâmica imobiliária, além de consolidar novos hábitos que se evidenciam no processo de transformação do local.

Reconhece-se, todavia, que a análise qualitativa acerca dos fatores que motivam o crescimento do terciário, bem como a reflexão acerca da contribuição dessa expansão para a economia e o desenvolvimento regional, sobretudo no que tange a oferta de empregos e a divisão territorial do trabalho, constituem temas complexos, visto que há a influência de diversos aspectos, tais como diferenças de produtividade, inter-relações com a produção industrial, de caráter exportador ou não, bem como fatores de competitividade e mercado externos, exigindo uma avaliação tanto contextual-relacional, quanto pormenorizada acerca do caráter dessas atividades³.

No tocante à relação entre os setores secundário e terciário, há estudos como de Delgado (2009), o qual demonstra que a indústria exerce significativos “efeitos de arrastamento sobre os serviços, mas que a inversa não é verdadeira”. Sublinha-se, assim, a importância das diferenças de produtividade, desfavoráveis aos serviços, enquanto fator explicativo do crescimento deste setor. No entanto, mesmo que a indústria seja considerada o motor do crescimento das economias, os estudos têm o mérito em enfatizar a interdependência entre o crescimento industrial e o crescimento dos serviços intermediários. Assim, as teorias integram o crescimento dos serviços à transformação do sistema produtivo, que se torna cada vez mais complexo, remetendo a maior complexidade da organização da produção e crescente diversidade e diferenciação dos bens e serviços; com conseqüências importantes ao nível da expansão dos serviços, como o crescimento das necessidades de serviços de apoio à produção, à distribuição e ao consumo e reforço da complementaridade entre bens e serviços.

³ Para mais abordagens ver: DELGADO (2009); DINIZ e CROCCO (2006); FIGUEIRÊDO (2006).

(Re)Estruturação de Cidades: do terciário em expansão à crescente desigualdade socioespacial

Uma parte dos estudos que embasam essa pesquisa diz respeito à análise na escala intra-urbana das cidades aqui abordadas, a fim de compreender como as mesmas têm se conformado em função da (re)estruturação produtiva e urbana, já descritas nas sessões anteriores. No caso de Chapecó, essa etapa foi finalizada e nos outros casos, estão em andamento. Todavia, algumas considerações já podem ser realizadas, as quais seguem.

Quanto aos elementos estruturadores das cidades, de modo geral, fica evidente o papel que os eixos viários possuem no padrão de localização dos setores secundário e, sobretudo, o terciário em expansão, direta ou indiretamente relacionado à cadeia produtiva da agroindústria. Nesse último caso, pode-se perceber mudanças significativas nos ramos das redes de supermercados, de lojas e hoteleiro, que até então eram dominados por capitais locais e regionais, mas atualmente começam a dar indícios de entrada de capitais nacionais e internacionais, como é o caso da instalação da rede Walmart e IBIS, além do primeiro shopping center da região da marca Pátio, em Chapecó, reforçando em seu papel de cidade do consumo.

Outro ramo em expansão é o educacional, com a chegada e expansão de universidades públicas, como a Universidade Federal da Fronteira Sul, em Chapecó, e muitas outras instituições privadas provenientes de redes nacionais e regionais, não só em Chapecó, como em algumas outras cidades estudadas. No ramo de serviços da saúde, Chapecó permanece como referência microrregional, apesar da oferta do serviço público dar indícios de estar bastante aquém da demanda, o que tem aberto espaço para a provisão dos serviços privados.

Todos estes setores dinâmicos ligados ao terciário estabelecem, através de sua localização nas cidades, vetores de expansão e valorização imobiliária. Quanto à oferta habitacional observa-se uma considerável expansão do setor imobiliário, decorrente do dinamismo econômico já descrito, restrito principalmente a capitais locais e regionais. Com a oferta de créditos oriundos dos programas nacionais de financiamento, como o Minha Casa Minha Vida, tem havido um boom imobiliário em todas as cidades. Todavia, entre os imóveis de padrão pretensamente destinados às camadas populares, as ofertas em geral não são inferiores a R\$ 100.000,00 por imóveis que apresentam qualidade arquitetônica e urbanística duvidosa. Os imóveis de padrão médio e alto têm atingido, respectivamente, em torno de R\$ 280.000,00 e R\$ 500.000,00, o que não difere em muito dos preços em algumas capitais de estado, como Curitiba e Porto Alegre.

Desta maneira, o dinamismo econômico mostra sua outra face quando despontam as desigualdades socioespaciais. Muito embora o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) não esteja abaixo da média nacional na maioria dos casos, as taxas de incidência de pobreza sobre o conjunto da população consideradas pelo IBGE em 2003 (SEBRAE, 2010) são bastante expressivas, a saber: Chapecó (33,8%), Concórdia (28,8%), Xanxerê (32,2%), São Miguel do Oeste (30%), Maravilha (28,1%) e Pinhalzinho (30,8%). Essa observação vem ao encontro de nota divulgada pelo IBGE (2012), baseada nos indicadores Sociais Municipais 2010, afirmando que a incidência de pobreza é maior nos municípios de porte médio.

Sobretudo no caso de Chapecó, o crescimento populacional, causado pela busca por emprego e o êxodo das áreas rurais fruto dos processos de modernização da agroindústria, não ocorreu de forma assistida, em termos de provimento de políticas públicas sociais. As consequências do abrupto adensamento do espaço da cidade podem ser constatadas. Quando houve o maior crescimento da cidade, o município não possuía condições para viabilizar e prover a cidade na mesma rapidez com que consolidava o seu núcleo urbano, além do fato que, nesta época, não era preocupação corrente dos poderes públicos o enfrentamento da exclusão social. Desta forma, a desigualdade socioespacial já se fazia evidente na paisagem da cidade, com a formação de bairros operários sem infraestrutura, assentamentos precários e o despejo de populações excluídas em guetos que carregam até hoje o estigma da exclusão. Prova disso, é que entre as décadas de 1970 e 1990 tem-se o período mais intenso de surgimento de novas áreas irregulares, chegando ao percentual de 77,3% das áreas existentes até 2011, o que revela a falta de efetividade das políticas públicas habitacionais durante este período (citar artigo).

À guisa de conclusão, o breve panorama aqui exposto aponta para os desafios que se colocam em busca de um maior equilíbrio entre o dinamismo econômico presente no Oeste Catarinense, entre verticalidades e horizontalidades, face ao enfrentamento das desigualdades socioespaciais, tanto na escala urbana quanto regional, a partir de uma visão dialógica entre o urbano e rural, o campo e a cidade e uma avaliação mais qualitativa das relações estabelecidas pelo conjunto da sociedade na escala intra-urbana.

REFERÊNCIAS

ACCS Associação catarinense de criadores de suínos. 2011. *Relatório anual 2011*. Disponível em: [http:// www.accs.org.br](http://www.accs.org.br) . [Acesso em mar 2012].

ALBA, R. S. 2002. *Espaço Urbano: os agentes da produção em Chapecó*. Chapecó: Argos.

ANJOS, F. A. 2007. O sistema urbano multi-polarizado de Santa Catarina. In: SPOSITO, M.E.B. (Org.). *Cidades Médias: espaços em transição*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, v. 1, p. 413-437.

ANSCHAU, C. T. 2011. *Redes cooperativas da bovinocultura de leite e o desenvolvimento do Oeste Catarinense*. [Dissertação de Mestrado]. Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais. Universidade Comunitária da Região de Chapecó.

BALDISSERA, I. T. 2002. Poluição por dejetos de suínos no Oeste Catarinense. *Agropecuária Catarinense*, v. 15, n 1, março p 11-12.

BAVARESCO, P. R. 2005. *Ciclos econômicos regionais: modernização e empobrecimento no Extremo Oeste catarinense*. Chapecó, Argos.

DELGADO, A. P. 2009. Serviços e desenvolvimento regional. In: COSTA, J. S.; NIJKAMP, P. (Coords.). *Compêndio de economia regional: teoria, temáticas e políticas*. Cascais (Portugal): Principia Editora.

DINIZ, C. C.; CROCCO, M. (Orgs.). 2006. *Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

ELIAS, D. 2006. Novas dinâmicas territoriais no Brasil agrícola. In: SPOSITO, M. E. B. et. al. (Orgs.). *Cidades médias: produção do espaço urbano regional*. São Paulo: Expressão Popular.

FERNANDES, A. C. 2001. Da reestruturação corporativa à competição entre cidades: lições urbanas sobre os ajustes de interesses globais e locais no capitalismo contemporâneo. *Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos*. Ano XVII, nº 41. pg. 26-45.

FIGUEIRÊDO, L.. As novas teorias do crescimento econômico: contribuição para a política regional. In: DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco (Orgs.). *Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

FUJITA, C., MATIELLO, A. M., ALBA, R. S. 2009. Rede de polo e micropolos regionais no oeste catarinense. *Redes* [Em linha], v. 14, n. 2, p. 53-79, mai./ago. Disponível em: www.unisc.br/seer/index.php/redes. [Acesso em dez. 2009].

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 2007. *Regiões de Influência das Cidades 2007* [Em linha]. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. [Acesso em mai. 2009]

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 1996 e 2006. *Censos Agropecuários* [Em linha]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. [Acesso em ago. 2009]

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010. *Censos Demográficos* [Em linha]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. [Acesso em out. 2012]

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 2011. Indicadores Sociais Municipais 2010: incidência de pobreza é maior nos municípios de porte médio *Comunicação Social* [Em linha]. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2019&id_pagina=1. [Acesso em out. 2012].

OLIVEIRA, G. B. Et all. *Industrialização e desenvolvimento regional: notas para reflexão*. Revista da FAE. v.9. n.2. p. 79-86. Curitiba. jul./dez.2006 Curitiba, v.9, n.2, p.79-86.

RENK, A. 1997. *A luta da erva: um ofício étnico no Oeste Catarinense*. Chapecó: Grifos.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. 2001. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Ed. Record.

SANTOS, M. A. 2005. *Urbanização Brasileira*. 5 ed. São Paulo: Edusp.

SASSEN, S. 1998. *As cidades na Economia Mundial*. São Paulo: Studio Nobel.

SEBRAE-SC. 2010. *Santa Catarina em Números*. Florianópolis: Sebrae/SC.

Disponível em: <http://www.sebrae-sc.com.br/scemnumero/>. [Acesso em: out. 2012].

SPOSITO, M.E.B., SPOSITO, E.S. 2012. Reestruturação econômica, reestruturação urbana e cidades médias [Em linha]. Disponível em: <http://www.rii2012.com.br/trabalhos>. [Acesso em: out 2012]

SWYNGEDOUW, E. 1977. Neither global nor local: glocalization and the politics of scale. In: COX, K.R. *Spaces of Globalization. Reasserting the Power of the Local*. New York/ London, The Guilford Press, p. 137-166.

SIEBERT, C. 2001. Panorama do planejamento regional em Santa Catarina: da centralização à construção da solidariedade regional. In: _____ (org.) *Desenvolvimento Regional em Santa Catarina: reflexões, tendências e perspectivas*. Blumenau: Edifurb, pg. 139-166.

TESTA, V. M. et al. 1996. *O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense (proposta para discussão)*. Florianópolis: EPAGRI.

VIEIRA, P.F.; CUNHA, I.J. 2002. Repensando o Desenvolvimento Catarinense. In: VIEIRA, P.F. (org.) *A Pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento*. Florianópolis: APED, pg. 289-310.